

BIS recusa prorrogação de empréstimo

GAZETA MERCANTIL

12 JUL 1983

por Celso Pinto
de Brasília

O presidente do Banco para Compensações Internacionais (BIS), Fritz Leutwiler, disse ontem, em Basileia, que não haverá uma terceira prorrogação para o pagamento de US\$ 400 milhões devidos pelo Brasil, na próxima sexta-feira. Sua posição confere um caráter de urgência ao acerto externo brasileiro, todo ele amarrado à assinatura de um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A declaração de Leutwiler foi feita após a reunião mensal dos governadores do BIS — representantes dos bancos centrais dos principais países industrializados — com a participação do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière.

A primeira reação de Brasília foi de cautela. O presidente do Banco Central, apurou a editora Célia de Gouvêa Franco, não considerou a recusa do BIS como fato consumado e, ainda ontem, tentou confirmar oficialmente o teor das afirmações de Leutwiler.



Fritz Leutwiler

Houve imediata reação no mercado internacional. No entanto, banqueiros estrangeiros consultados por este jornal em São Paulo, no Rio e em Nova York relativizaram o alcance do fato. A maioria entende a declaração de Leutwiler, antes de mais nada, como um elemento de pressão para a rápida assinatura do acordo do Brasil com o FMI, emperrado por exigências de parte a parte.

Alguns sugerem que o alvo das pressões seria os próprios bancos centrais que compõem o BIS, avalistas do empréstimo ao Brasil. Ninguém supôs que o BIS pode chegar a declarar o "default" brasileiro, se não ocorrer o pagamento.

O centro de todas as preocupações, o acordo do Brasil com o FMI não tem desfecho previsível. O FMI insiste em obter medidas mais eficazes de controle inflacionário pelo Brasil que comecem por uma revisão na política salarial e incluam um efetivo aperto no setor público. Do lado brasileiro, o governo afirma que se chegou ao limite da flexibilidade possível.

A avaliação da situação econômica e política foi o tema central de uma reunião de uma hora e meia, às 16 horas, no Palácio do Planalto, entre o presidente Figueiredo, o vice-presidente Aureliano Chaves, os chamados ministros da Casa (Delfim Netto, Danilo Venturini, Leitão de Abreu e Rubem Ludwig) e os ministros militares (Exército, Marinha, Aeronáutica e EMFA). Segundo o porta-voz da Presidência, Carlos Atila, a reunião serviu para se fazer um balanço da situação do País e fixar diretrizes para o período em que o presidente Figueiredo estiver ausente, em Cleveland.

"O Brasil já tomou todas as medidas econômicas que são politicamente viáveis", comentou recentemente, num jantar informal, o chefe da Casa Militar, Rubem Ludwig. O próprio ministro do Planejamento, Delfim Netto, comentou, no final da semana passada, com alguns de seus colaboradores que, se o Brasil for levado a optar entre a continuidade da abertura política e as sugestões do FMI, não hesitará em descartar-se do FMI.

Ainda na semana passada, um colaborador político direto do presidente Figueiredo havia feito a este jornal, em seu gabinete, no Planalto, o raciocínio de que o tamanho da dívida brasileira — e as consequências aos credores de um eventual "default" — constituía a força do País nas negociações externas.

Esta constatação de que o miolo do governo está convencido de que não há mais espaços políticos

BIS recusa prorrogação...

por Celso Pinto
de Brasília

(Continuação da 1ª página)
razoáveis para negociar novas medidas com o FMI ficou reforçada, também, pelo senador Virgílio Távora, um assíduo interlocutor do ministro Delfim Netto. "Todas as concessões já foram feitas pelo governo brasileiro", definiu ontem ao editor Getúlio Bittencourt.

A expectativa no "front" externo ficou reforçada pela rapidez da reservada viagem do ministro Delfim Netto a Londres, de onde retornou ontem. O objetivo era, de fato, manter a viagem em segredo, e por esta razão não houve sequer a transferência formal do cargo de ministro ao secretário-geral, José Flávio Pécora. A versão corrente para a viagem era de que o ministro pretendia encontrar-se com de Larosière, mas não se confirmou oficialmente se houve o encontro.

Uma fonte do Planejamento, com grande responsabilidade nas negociações com o Fundo, admite que as conversas têm sido difíceis, dada a insistência do Fundo em alguns pontos, mas não acredita na hipótese de um impasse. Na própria Seplan, no entanto, há quem considere a moratória como uma hipótese possível, ainda que indesejável.

O principal argumento esgrimido pelos que não acreditam na moratória é

que ela não seria interessante para os principais credores. Uma fonte lembra que, desde janeiro, o Brasil começou a atrasar seus pagamentos e cada um dos casos seria passível de imediata declaração de "default" pelo banco credor. Desde então, os atrasos subiram significativamente e hoje estariam em mais de US\$ 1,2 bilhão. "Ora, se os bancos não declararam nossa inadimplência com quantias tão grandes, qual seria o sentido de o BIS, agora, optar pelo 'default' por US\$ 400 milhões?", indaga a fonte.

Não há, no entanto, uma idéia clara de como o Brasil poderia pagar o BIS na sexta-feira, caso se confirme ser impossível novo adiamento. A fonte da Seplan e uma fonte do Banco Central falam, vagamente, na necessidade de contratar um empréstimo adicional imediato. Ele poderia vir dos bancos internacionais que compõem o comitê de assessoramento, disse um banqueiro ao correspondente Milton Coelho da Graça, em Nova York. Já a hipótese de um empréstimo-ponte do Tesouro norte-americano esbarraria em forte oposição política interna.

Um acordo com o Fundo desobstruiria todos os canais, mas a fonte da Seplan supõe que ele deva arrastar-se ainda um longo período, apesar de todas as pressões. O fato é que a missão do FMI volta, a ca-

da reunião, a pontos que o lado brasileiro considerava superados.

Um ponto em que o Fundo insistiu durante algumas reuniões, mas que parece sepultado, é a sugestão de uma imediata e total desindexação da economia. A questão salarial, ao contrário, continua na mesa.

A dureza na posição do Fundo já transparecia num documento a ele atribuído, publicado originalmente pelo jornal O Estado de S. Paulo. Neste documento, de toda forma, lembra a fonte da Seplan, o Fundo admitia haver dois caminhos para se chegar aos resultados desejados. O primeiro seria uma política de rendas, através da contenção salarial e que, no argumento do Fundo, penalizaria menos o setor privado e o emprego. O segundo seria uma contenção mais forte da demanda, o que exigiria "uma brutal recessão", na expressão da fonte. Para atender a esta opção, diz o técnico, o Brasil não precisa nenhuma medida adicional. Bastaria cumprir a meta que fixou para as estatísticas (com a contenção adicional de 5% sobre o custeio no segundo semestre, equivalente a Cr\$ 300 bilhões); manter as transferências de recursos fiscais para o orçamento monetário na meta de Cr\$ 2,5 trilhões; e conter a moeda em 90% para uma inflação de 130%. Uma forte recessão, conclui, será inevitável.